Pela Ética dos Números

Simon Schwartzman

(publicado em *O Globo*, setembro de 1996).

Em artigo bem humorado, o Presidente José Sarney critica os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, diz que os números não podem ser "moça falada", e propõe uma campanha para a ética dos números.

Quero ser o primeiro a me alistar nesta campanha, que é de interesse de todo o país e necessária para defender a reputação das moças e moços do IBGE que se dedicam com afinco a dar ao país as informações de que necessitamos para nos conhecer e poder construir um futuro melhor para todos.

Mesmo as moças mais recatadas ficam mal faladas se são acusadas injustamente, e por pessoas de responsabilidade, por coisas que não fizeram. Não é verdade, me desculpe o Senador Sarney, que a Fundação Getúlio Vargas (instituição à qual tenho orgulho de pertencer e para onde pretendo voltar quando sair do IBGE) "não concordou e botou a boca no trombone" em relação aos dados da PNAD. O que ocorreu foi que na semana que passou um professor Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas levantou uma polêmica a respeito das estimativas do IPEA relativas ao Produto Interno Bruto dos Estados brasileiros. Não foi uma posição da Fundação Getúlio Vargas, e não tinha nada que ver com os dados da PNAD, publicados também na semana passada.

Por coincidência, acabo de vir de uma reunião organizada pelo Bureau of Economic Analysis do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e pelo Instituto Internacional de Estatística exatamente sobre a precisão, presteza e relevância das estatísticas econômicas, e mais especialmente dos cálculos do Produto Interno Bruto e de outras informações que fazem parte dos sistemas de Contas Nacionais. Um dos temas centrais da reunião foi a dificuldade em elaborar cálculos sobre o produto nacional de países,

mesmo os mais desenvolvidos, em uma economia cada vez mais globalizada e com um peso crescente de transações econômicas "intangíveis". Se países independentes têm dificuldades em caracterizar seu produto nacional, o problema ainda é maior para Estados totalmente integrados em uma economia nacional, como é o nosso caso. Não é de se admirar que diferentes analistas possam produzir resultados distintos. O importante é entender o que cada um está fazendo e juntar esforços para que tenhamos informações cada vez mais fidedignas, detalhadas e em tempo oportuno. O IBGE está trabalhando para melhorar cada vez mais seu sistema de contas nacionais, adotando a nova sistemática internacional recomendada pelas Nações Unidas em 1993, fazendo uso da assistência técnica do Statistics Canada, uma das instituições de melhor reputação internacional neste campo, e convidando todos os setores interessados, produtores e usuários destas informações, a colaborar com o Instituto neste trabalho.

Nada disto, no entanto, tem a ver com a PNAD. A PNAD é reconhecida internacionalmente como uma pesquisa de excelente qualidade e uma das poucas críticas que tem recebido é que a sua amostra, de cerca de 100 mil domicílios ou 300 mil pessoas, talvez seja grande demais. Mas o IBGE considera que esta amostra é necessária para garantir a representatividade dos dados a nível dos diversos estados e regiões do país (imagino que o Senador Sarney nada tenha contra o método amostral, instrumento fundamental das ciências estatísticas e utilizado por todos os institutos de pesquisa em todo o mundo). Além das tabulações usuais, publicadas este ano em tempo recorde na Internet, o IBGE está colocando toda a base de dados das PNADs de 1992, 1993 e 1995 à disposição dos pesquisadores que queiram fazer suas próprias tabulações, assim como as informações técnicas necessárias para estas análises. Isto está sendo feito, primeiro, porque a riqueza de informações desta pesquisa é tanta que o IBGE, sozinho, não teria como avaliá-la em toda sua amplitude; e depois pelo respeito a um dos princípios básicos no trabalho de consolidação da ética dos números, que é o de dar transparência aos procedimentos pelos quais os dados são obtidos e processados.

Uma outra maneira de avaliar a reputação das moças é acompanhar o seu comportamento, e neste sentido a PNAD de 1995 não discrepa das anteriores. Os bons resultados observados em 1995, em relação a 1993, são parecidos com os observados em

1986 em relação ao ano anterior. Então como agora, o IBGE constatava o impacto positivo da estabilização da economia sobre a renda da população. As melhorias que a PNAD de 1995 constata em uma série de indicadores na área da educação, acesso a serviços públicos, saúde, etc., vêm ocorrendo ao longo de vários anos. E, infelizmente, a PNAD de 1995 continua identificando uma série de problemas extremamente sérios, entre os quais os grandes níveis de desigualdade da renda entre regiões e grupos sociais, e as carências ainda extremamente altas em uma série de indicadores de riqueza e bem estar social.

Os números, em si mesmos, não são nem mentirosos nem verdadeiros. Como bem mostra o Senador Sarney, eles podem ser objeto de manipulação, como também de tentativas de desqualificação. A defesa da reputação dos números depende, por um lado, de que os responsáveis pela sua produção trabalhem com autonomia, competência técnica, com os meios adequados e de forma transparente, deixando claro seu alcance e suas limitações; e, de outro, que as pessoas responsáveis pela formação da opinião pública - políticos, jornalistas, intelectuais - procurem se informar melhor a respeito de como os números são produzidos, o que significam e a importância que têm. Números são sempre aproximações, mas nem por isto menos úteis e importantes, se entendidos de forma adequada. A campanha pela ética dos números é, sobretudo, uma campanha de educação e esclarecimento, e é bom poder contar com o Senador José Sarney do nosso lado.